



## BDMG

### Conhecimentos Básicos para Analista de Desenvolvimento

## LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.....	1
Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.....	6
Domínio da ortografia oficial.....	27
Domínio dos mecanismos de coesão textual; emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.....	33
Emprego de tempos e modos verbais.....	37
Domínio da estrutura morfossintática do período; relações de coordenação entre orações e entre termos da oração; relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.....	42
Emprego das classes de palavras.....	48
Emprego dos sinais de pontuação.....	58
Concordância verbal e nominal.....	63
Regência verbal e nominal.....	66
Emprego do sinal indicativo de crase.....	68
Colocação dos pronomes átonos.....	70
Reescrita de frases e parágrafos do texto; substituição de palavras ou de trechos de texto; reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto; reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.....	73
Significação das palavras.....	75
Questões.....	76
Gabarito.....	81

## MÉTODOS QUANTITATIVOS

Matemática Financeira: Juros simples e compostos. Montante e valor presente.....	1
Análise de Investimentos: Valor Presente Líquido (VPL). Taxa Interna de Retorno (TIR). Payback.....	9
Amortização: Sistemas de amortização. Tabela Price. SAC (Sistema de Amortização Constante).....	13
Estatística: Distribuições contínuas e discretas. Análise de gráficos. Medidas de dispersão (variância, desvio padrão) e medidas de tendência central (média, mediana, moda).....	16

# SUMÁRIO



Probabilidade: Conceitos básicos de probabilidade. Eventos independentes e dependentes.....	34
Raciocínio Lógico: Argumentação. Resolução de problemas. Proposições. Conectivos lógicos. Tabelas verdade.....	38
Questões.....	48
Gabarito.....	53

## ANÁLISE DE DADOS

Introdução à Ciência de Dados: Definição. Importância. Aplicações.....	1
Coleta e Limpeza de Dados: Técnicas de coleta. Limpeza. Preparação de dados.....	3
Análise Exploratória de Dados (EDA): Visualização de dados. Identificação de padrões. Insights.....	21
Modelos Estatísticos Básicos: Regressão linear. Regressão logística. Árvores de decisão.....	23
Ferramentas de Data Science e utilização de bibliotecas e ferramentas.....	26
Questões.....	29
Gabarito.....	31

## NOÇÕES DE DIREITO

Direito administrativo: conceito e fontes do direito administrativo.....	1
Regime jurídico-administrativo: conceito; administração pública: princípios expressos e implícitos da administração pública.....	6
Conteúdo: supremacia do interesse público sobre o privado e indisponibilidade, pela administração, dos interesses públicos.....	23
Organização, descentralização, desconcentração, órgãos públicos; administração indireta e entidades paraestatais.....	25
Administração pública em sentido amplo e em sentido estrito; administração pública em sentido objetivo e em sentido subjetivo.....	31
Estatuto das estatais – lei nº 13.303/2016 (Título 1 - disposições aplicáveis às empresas públicas e às sociedades de economia mista).....	38
Noções de direitos humanos.....	49
Questões.....	55
Gabarito.....	59

# SUMÁRIO



## LÍNGUA INGLESA

Conhecimentos básicos .....	1
Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.....	3
Vocabulário.....	5
Aspectos gramaticais .....	14
Questões .....	32
Gabarito.....	37

## ATUALIDADES

Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como economia, empreendedorismo, educação financeira, inovação e tecnologia, energia, , desenvolvimento sustentável.....	1
--	---

## MACROECONOMIA APLICADA A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Sistema de contas nacionais. ....	1
Agregados macroeconômicos.....	13
Sistema monetário. Conceitos e funções da moeda. Oferta de moeda. Demanda por moeda. Base monetária e multiplicador monetário. Política monetária e regime de metas da inflação .....	18
Conceitos e instrumentos de política fiscal .....	30
Taxas de câmbio e regimes cambiais.....	34
Questões .....	37
Gabarito.....	40

## MERCADOS FINANCEIROS E DE CAPITAIS

Estrutura e funcionamento do sistema financeiro nacional.....	1
Mercado monetário.....	1
Mercado de crédito.....	10
Mercado de capitais .....	23
Mercado de câmbio.....	34



Mercado futuro .....	37
A intermediação financeira e o papel dos reguladores e das instituições que operam nos mercados financeiros e de capitais .....	47
Principais produtos e serviços oferecidos nos mercados financeiros e de capitais .....	56
Questões .....	65
Gabarito .....	69

## OPERAÇÕES TÍPICAS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Conceitos, funções e tipos de instituições financeiras .....	1
Instituições bancárias e não bancárias .....	4
Instrumentos de captação de recursos depósitos à vista. Depósitos a prazo. Operações compromissadas. Operações interfinanceiras. Emissão de títulos e valores mobiliários. Empréstimos e repasses .....	13
Instrumentos de aplicação de recursos. Aplicações interfinanceiras de liquidez títulos e valores mobiliários. Operações de crédito operações de arrendamento mercantil ....	66
Operações com instrumentos financeiros derivativos .....	93
Operações no mercado de câmbio .....	100
Operações e atividades do bancos de desenvolvimento (resolução cmn nº 5.047/2022) .....	101
Prestação de serviços. Custódia de valores. Cobrança. Concessão de garantias. Administração de fundos de investimentos .....	104
Inovações no setor bancário: fintechs, pix, open finance .....	146
Questões .....	156
Gabarito .....	158

## CONTABILIDADE

Estrutura conceitual para relatório financeiro .....	1
Patrimônio: composição, equação patrimonial e situação patrimonial líquida .....	47
Fatos contábeis permutativos, modificativos e mistos .....	55
Contas de resultado. ....	57
Regras de escrituração contábil do plano contábil das instituições reguladas pelo banco central do brasil (cosif – instituições financeiras): princípios gerais; operações interfinanceiras de liquidez, operações com títulos e valores mobiliários e derivativos; operações de crédito; demonstrações financeiras de divulgação; documentos contábeis de remessa; convergência à norma internacional (resolução cmn nº 4.966/2021). ....	66
As demonstrações financeiras de acordo com a legislação societária: composição, classificação das contas e critérios de avaliação contábil .....	98
Efeitos contábeis das principais operações ativas e passivas das instituições financeiras bancárias .....	108



Análise horizontal e vertical.....	116
Questões .....	125
Gabarito.....	128

## GESTÃO DE RISCOS

Conceitos e tipos de risco. Risco de crédito. Risco de mercado. Risco de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (irrb). Risco operacional risco de liquidez. Risco socioambiental e climático .....	1
Gerenciamento integrado de riscos em instituições financeiras. Estrutura de gerenciamento de riscos. Apetite por riscos. Programas de testes de estresse. Gestão de continuidade dos negócios. Governança do gerenciamento de riscos .....	56
Gerenciamento contínuo de capital. Estrutura de gerenciamento de capital. Governança do gerenciamento de capital. Requerimentos de capital para cobertura de riscos de acordo com o comitê de basileia .....	116
Questões .....	150
Gabarito.....	152

## ANÁLISE E GESTÃO DE CRÉDITO

Conceito e funções do crédito .....	1
Avaliação dos riscos relacionados ao crédito.....	8
Classificação do risco de crédito (rating) de bancos. ....	16
Política de crédito. ....	25
Informações voltadas à análise de crédito .....	35
Garantias em operações de crédito .....	43
Controle e qualidade do crédito.....	52
Modelos quantitativos e previsão de insolvências.....	61
Reestruturação financeira .....	71
Recuperação de crédito .....	80
Questões .....	90
Gabarito.....	92



### Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

### Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

### Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

### Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

*FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015  
Português > Compreensão e interpretação de textos*

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



*“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”*



A matemática financeira é um campo com inúmeras aplicações práticas no sistema econômico, sendo fundamental para o entendimento e a administração das finanças pessoais e empresariais. Diversas situações do cotidiano envolvem conceitos de matemática financeira, tais como financiamentos de imóveis e veículos, realização de empréstimos, compras a prazo ou com cartão de crédito, aplicações financeiras e investimentos em bolsas de valores.

Essas movimentações financeiras são frequentemente baseadas na estipulação prévia de taxas de juros. Por exemplo, ao contrair um empréstimo, a forma de pagamento usualmente é feita por meio de prestações mensais que incluem juros, resultando em um valor final superior ao montante inicialmente emprestado. Esse acréscimo é denominado juros.

Mas antes de falar sobre juros, precisamos entender a porcentagem. A porcentagem é uma ferramenta essencial nas finanças, pois ela é usada para calcular taxas de juros, aumentos de preços, retornos de investimentos e etc. Portanto, vamos começar por aí:

### Porcentagem

O termo porcentagem se refere a uma fração cujo denominador é 100, representada pelo símbolo (%). Seu uso é tão comum que a encontramos em praticamente todos os aspectos do dia a dia: nos meios de comunicação, em estatísticas, nas etiquetas de preços, nas máquinas de calcular, e muito mais.

A porcentagem facilita a compreensão de aumentos, reduções e taxas, o que auxilia na resolução de exercícios e situações financeiras cotidianas.

### Acréscimo

Se, por exemplo, há um acréscimo de 10% a um determinado valor, podemos calcular o novo valor multiplicando esse valor por 1,10, que é o fator de multiplicação. Se o acréscimo for de 20%, multiplicamos por 1,20, e assim por diante. Veja a tabela abaixo:

ACRÉSCIMO OU LUCRO	FATOR DE MULTIPLICAÇÃO
10%	1,10
15%	1,15
20%	1,20
47%	1,47
67%	1,67

**Exemplo:** Aumentando 10% no valor de R\$10,00 temos:

$$10 \times 1,10 = \text{R\$ } 11,00$$

### Desconto

No caso de haver um decréscimo, o fator de multiplicação será:

$$\text{Fator de Multiplicação} = 1 - \text{taxa de desconto (na forma decimal)}$$

Veja a tabela abaixo:



A ciência de dados emergiu como uma das áreas mais influentes no cenário atual, impulsionada pelo crescimento exponencial da produção de dados e pela necessidade de analisá-los para extrair valor. Em um mundo cada vez mais digital, dados estão sendo gerados em quantidades massivas por diversas fontes, como redes sociais, transações online, dispositivos conectados e sistemas de saúde. Esse volume de informações, quando tratado de forma adequada, pode revelar padrões valiosos e fornecer insights que embasam decisões estratégicas em vários setores.

A ciência de dados pode ser descrita como a combinação de técnicas analíticas, métodos estatísticos e algoritmos de aprendizado de máquina para extrair conhecimento e insights úteis a partir de dados estruturados e não estruturados. Para alcançar isso, envolve várias disciplinas, como estatística, programação, matemática aplicada e conhecimento específico de um domínio de aplicação.

### O que é Ciência de Dados?

Ciência de dados é uma área interdisciplinar que utiliza dados, ferramentas computacionais e métodos analíticos para gerar informações valiosas, ajudando na tomada de decisões informadas. Essa disciplina combina elementos de estatística, matemática, ciência da computação e, frequentemente, o conhecimento de áreas específicas para resolver problemas complexos por meio da análise de grandes volumes de dados.

O processo de ciência de dados pode ser dividido em várias etapas essenciais:

- Coleta de dados: A primeira etapa envolve a obtenção de dados brutos a partir de diferentes fontes, que podem incluir bancos de dados estruturados, arquivos de texto, imagens, vídeos e redes sociais.
- Preparação dos dados: Os dados coletados geralmente precisam ser organizados e limpos antes da análise. Essa fase envolve a remoção de duplicidades, tratamento de dados faltantes e conversão para formatos adequados.
- Análise exploratória: Nesta fase, são aplicados métodos estatísticos para entender as principais características dos dados, identificar padrões iniciais e hipóteses que poderão ser exploradas mais profundamente.
- Modelagem: Aqui, são aplicados algoritmos de aprendizado de máquina (machine learning) ou modelos estatísticos para fazer previsões, identificar tendências ou classificar informações.
- Interpretação e comunicação: Por fim, os resultados da análise são interpretados e comunicados de forma clara, muitas vezes por meio de visualizações de dados, para que os responsáveis pelas decisões possam utilizar esses insights de forma eficiente.

Uma das diferenças principais entre ciência de dados e campos correlatos, como big data e inteligência artificial (IA), é o seu foco. Enquanto o big data se concentra na manipulação de grandes volumes de dados e a IA em criar sistemas que possam “aprender” e agir de forma autônoma, a ciência de dados abrange todas essas áreas, priorizando a extração de insights e o uso de técnicas para responder a perguntas específicas e resolver problemas reais.

### Importância da Ciência de Dados

A ciência de dados está no centro da revolução digital e desempenha um papel crítico em diversos setores. Sua principal importância reside na capacidade de transformar grandes quantidades de dados em informações valiosas que guiam a tomada de decisões estratégicas. Empresas e governos utilizam essas informações para obter vantagens competitivas, melhorar processos internos e atender melhor às necessidades de seus públicos.

Algumas razões que demonstram a importância da ciência de dados são:

- Tomada de decisões baseada em dados: O processo de análise permite que as organizações tomem decisões mais precisas, ao invés de baseá-las apenas em intuições ou experiências passadas. Por exemplo, uma empresa de e-commerce pode prever a demanda de um produto ou personalizar ofertas para diferentes perfis de consumidores com base nos dados de compras anteriores.



### Conceito

De início, convém ressaltar que o estudo desse ramo do Direito, denota a distinção entre o Direito Administrativo, bem como entre as normas e princípios que nele se inserem.

No entanto, o Direito Administrativo, como sistema jurídico de normas e princípios, somente veio a surgir com a instituição do Estado de Direito, no momento em que o Poder criador do direito passou também a respeitá-lo. Tal fenômeno teve sua origem com os movimentos constitucionalistas, cujo início se deu no final do século XVIII. Por meio do novo sistema, o Estado passou a ter órgãos específicos para o exercício da Administração Pública e, por isso, foi necessário a desenvoltura do quadro normativo disciplinante das relações internas da Administração, bem como das relações entre esta e os administrados. Assim sendo, pode considerar-se que foi a partir do século XIX que o mundo jurídico abriu os olhos para a existência do Direito Administrativo.

Destaca-se ainda, que o Direito Administrativo foi formado a partir da teoria da separação dos poderes desenvolvida por Montesquieu, *L'Esprit des Loix*, 1748, e acolhida de forma universal pelos Estados de Direito. Até esse momento, o absolutismo reinante e a junção de todos os poderes governamentais nas mãos do Soberano não permitiam o desenvolvimento de quaisquer teorias que visassem a reconhecer direitos aos súditos, e que se opusessem às ordens do Príncipe. Prevalcia o domínio operante da vontade onipotente do Monarca.

Conceituar com precisão o Direito Administrativo é tarefa difícil, uma vez que o mesmo é marcado por divergências doutrinárias, o que ocorre pelo fato de cada autor evidenciar os critérios que considera essenciais para a construção da definição mais apropriada para o termo jurídico apropriado.

De antemão, ao entrar no fundamento de algumas definições do Direito Administrativo,

Considera-se importante denotar que o Estado desempenha três funções essenciais. São elas: **Legislativa**, **Administrativa** e **Jurisdicional**.

Pondera-se que os poderes **Legislativo**, **Executivo** e **Judiciário** são independentes, porém, em tese, harmônicos entre si. Os poderes foram criados para desempenhar as funções do Estado. Desta forma, verifica-se o seguinte:

#### Funções do Estado:

- Legislativa
- Administrativa
- Jurisdicional

#### Poderes criados para desenvolver as funções do estado:

- Legislativo
- Executivo
- Judiciário



## A importância dos conhecimentos básicos em inglês

O inglês é considerado a língua universal, utilizado em diferentes contextos globais, desde viagens internacionais até o mundo dos negócios. Ter uma base sólida de inglês facilita o acesso a informações, amplia as oportunidades profissionais e permite interações mais fluídas em diversas situações cotidianas. Além disso, o conhecimento básico de inglês é um requisito frequente em muitos concursos públicos e processos seletivos, sendo uma habilidade essencial no mundo moderno.

## Contextos onde o inglês básico é necessário

Mesmo com conhecimentos básicos, é possível enfrentar situações práticas, como pedir informações, entender placas e sinalizações, preencher documentos simples e se comunicar em viagens. No ambiente de trabalho, compreender comandos básicos em inglês pode ser a diferença entre realizar ou não tarefas cotidianas, como ler um manual de instruções, utilizar softwares ou se comunicar com colegas estrangeiros. Portanto, investir no aprendizado básico da língua inglesa é um passo estratégico e necessário para qualquer pessoa.

## Alfabeto e Pronúncia

### Introdução ao alfabeto inglês

O alfabeto em inglês é composto por 26 letras, exatamente como o alfabeto português. Entretanto, a pronúncia dessas letras pode variar bastante, especialmente quando se trata de vogais. É fundamental conhecer a forma correta de pronunciar cada letra, pois isso afeta diretamente a clareza na comunicação, tanto na fala quanto na escuta.

Letra	Pronúncia
A	ei
B	bi
C	si
D	di

Além da diferença na pronúncia das letras, algumas combinações de vogais e consoantes geram sons que não existem em português, o que pode ser desafiador no início, mas com prática se torna natural.

### Diferenças de pronúncia entre português e inglês

Uma das maiores dificuldades ao aprender inglês é lidar com os sons que não são nativos da língua portuguesa. No inglês, há sons vocálicos mais longos, como o de “sheep” (ovelha), e mais curtos, como “ship” (navio). Além disso, letras como “th” produzem um som que não tem equivalente em português, exigindo treino extra para ser dominado. Outra distinção comum é a ausência de ênfase em sílabas, como vemos em palavras como “chocolate” (pronunciada “choc-lat” em inglês).

### Sons vocálicos e consoantes comuns

As vogais no inglês apresentam uma ampla variedade de sons. Por exemplo, a letra “a” pode ser pronunciada de diversas formas, dependendo da palavra: “cat” (som curto) ou “name” (som longo). As consoantes também exigem atenção, como o “r”, que em inglês é pronunciado de maneira mais “forte”, enquanto o “h” tem um som aspirado, como em “house”. Com o tempo, esses sons se tornam familiares e fáceis de reconhecer e reproduzir.

**MUNDO*****Negociações complexas levam à maior troca de prisioneiros entre EUA e Rússia desde a Guerra Fria<sup>1</sup>***

A troca de prisioneiros entre os Estados Unidos (EUA) e a Rússia, concluída em agosto de 2024, envolveu meses de negociações meticulosas, incluindo a oferta de Vadim Krasikov, um assassino russo condenado, em troca de dois americanos detidos na Rússia, sendo eles Paul Whelan, ex-fuzileiro naval, e Evan Gershkovich, repórter do Wall Street Journal.

A proposta, inicialmente discutida em uma reunião secreta entre agentes da Central Intelligence Agency (CIA) e a inteligência russa, representou o ponto culminante de anos de esforços por parte dos EUA para garantir a libertação de americanos acusados injustamente de espionagem na Rússia.

A complexidade das negociações foi intensificada pelo fato de que Krasikov estava preso na Alemanha, e sua liberação foi essencial para que o acordo fosse aceito por Moscou. **O presidente Joe Biden desempenhou um papel crucial ao persuadir o chanceler alemão Olaf Scholz a liberar Krasikov**, que era altamente desejado pelo presidente russo Vladimir Putin.

O acordo, que envolveu 24 prisioneiros e sete países, incluiu não apenas Whelan e Gershkovich, mas também a libertação da jornalista russo-americana Alsu Kurmasheva e do crítico de Putin, Vladimir Kara-Murza. A troca marcou **o maior acordo deste tipo desde a Guerra Fria**, simbolizando um delicado equilíbrio diplomático entre as nações envolvidas.

A prisão de Gershkovich, em março de 2023, por espionagem, após a rejeição de várias ofertas de troca envolvendo Whelan, forçou os EUA a intensificarem suas negociações.

Com a prisão de Viktor Bout, anteriormente trocado pela estrela do basquete Brittney Griner, o governo dos EUA teve que buscar outros prisioneiros russos de alto valor ao redor do mundo, recorrendo a aliados como Alemanha, Polônia e Eslovênia para consolidar uma oferta atraente.

Finalmente, **em julho de 2024, a Rússia aceitou a proposta dos EUA**, resultando na troca realizada em Ancara, Turquia.

**• Convencendo a Alemanha e outros aliados para a maior troca de prisioneiros entre EUA e Rússia**

Antes que a CIA pudesse apresentar uma proposta concreta à Rússia, envolvendo Vadim Krasikov, o governo Biden precisou obter o acordo da Alemanha. Antony Blinken, secretário de Estado, soube por meio de James Rubin, funcionário do departamento de Estado, que o governo alemão poderia concordar com a troca, caso houvesse um imperativo moral convincente. Essa informação impactou a estratégia dos EUA ao buscar o apoio alemão.

Em abril de 2023, Blinken sugeriu a troca de Krasikov, durante uma reunião do Grupo dos 7 (G7), à ministra das relações exteriores da Alemanha, Annalena Baerbock, que expressou preocupações, especialmente sobre a possibilidade de Navalny retornar à Rússia.

Ainda assim, Jake Sullivan, conselheiro de segurança nacional, continuou a tratar da questão com seu homólogo alemão, enquanto Biden e Kamala Harris também fizeram apelos diretamente ao chanceler alemão, Olaf Scholz.

---

1 [EVANS. G. Os bastidores da maior troca de prisioneiros entre EUA e Rússia desde a Guerra Fria. BBC News Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c51y1qqevvqo>. Acesso em: 13 set. 2024.]



O Sistema de Contas Nacionais (SCN) é um conjunto de conceitos, definições e classificações que tem como principal objetivo medir a atividade econômica de um país. Trata-se de uma estrutura contábil padronizada que fornece uma visão completa das transações econômicas entre os diferentes setores de uma economia em um determinado período. Esse sistema abrange as contas do governo, das famílias, das empresas e do setor externo, permitindo a análise do desempenho econômico e a comparação com outros países.

A importância do SCN para a economia é inegável. Ele oferece dados essenciais para a formulação de políticas públicas, para a análise do crescimento econômico, e para o monitoramento da evolução da renda e da produção de um país. As informações extraídas desse sistema são amplamente utilizadas por governos, empresas, organizações internacionais e acadêmicos. Através do SCN, é possível calcular o Produto Interno Bruto (PIB), a renda nacional, a poupança e o investimento, além de fornecer indicadores para a análise do bem-estar social e econômico.

### **Evolução Histórica do Sistema de Contas Nacionais**

A origem do Sistema de Contas Nacionais pode ser traçada ao período entre as duas grandes guerras mundiais, quando economistas começaram a buscar formas de medir a atividade econômica de forma padronizada e comparável. O SCN moderno, no entanto, surgiu formalmente após a Segunda Guerra Mundial, com o trabalho pioneiro do economista britânico John Maynard Keynes e outros teóricos que buscavam um modelo que facilitasse a análise e o controle das economias nacionais. Esse movimento culminou na criação do Sistema de Contas Nacionais de 1953, desenvolvido pelas Nações Unidas, com o objetivo de oferecer um padrão internacional para a medição das economias. Ao longo dos anos, o SCN passou por várias revisões, sendo a mais recente em 2008.

Essa evolução reflete o esforço para adaptar o sistema às mudanças na economia mundial, como a globalização, a importância crescente do setor de serviços e o impacto das tecnologias. Além disso, o SCN vem sendo progressivamente ajustado para incluir questões como o meio ambiente e a sustentabilidade, embora ainda enfrente desafios nesse aspecto.

### **Funções e Benefícios do SCN**

O principal benefício do Sistema de Contas Nacionais é a sua capacidade de fornecer informações consistentes e detalhadas sobre a economia de um país. Esses dados são cruciais para o planejamento econômico, ajudando os governos a definir políticas fiscais e monetárias mais eficazes. Além disso, as contas nacionais permitem que os analistas façam comparações entre diferentes períodos de tempo e entre diferentes países, o que é essencial para entender as dinâmicas globais.

Outro aspecto relevante é a sua capacidade de gerar informações para outros indicadores importantes, como o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que mede a inflação, e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que avalia a qualidade de vida da população. Em última análise, o SCN desempenha um papel vital para garantir a transparência e a responsabilidade dos governos na gestão da economia.

Com essa base estabelecida, podemos agora explorar os principais componentes e a estrutura do Sistema de Contas Nacionais, o que permitirá uma visão mais aprofundada sobre como ele opera e quais são suas principais contribuições para a análise econômica.

### **— Principais Componentes do Sistema de Contas Nacionais**

O Sistema de Contas Nacionais (SCN) é organizado de forma a proporcionar uma visão abrangente e detalhada da economia de um país. Ele abrange diversas contas e indicadores que, juntos, formam o retrato das atividades econômicas e das interações entre os diferentes agentes econômicos, como o governo, as famílias, as empresas e o setor externo.



O mercado monetário é um dos principais componentes do sistema financeiro de um país, responsável por intermediar operações de curto prazo e garantir a liquidez da economia. Sua função primordial é fornecer um ambiente no qual instituições financeiras e outros agentes possam negociar títulos e ativos de alta liquidez com vencimentos geralmente inferiores a um ano. É um mercado de vital importância, tanto para a saúde do sistema financeiro quanto para a execução das políticas monetárias adotadas pelo governo, sobretudo por meio da atuação do Banco Central.

Em termos gerais, o mercado monetário pode ser entendido como o conjunto de operações financeiras que ocorrem em prazos curtos, permitindo que instituições capturem ou apliquem recursos rapidamente. Isso possibilita ajustes diários na oferta de dinheiro, impactando diretamente a quantidade de moeda circulante na economia e, por consequência, as taxas de juros de curto prazo.

### — Importância para a Economia e o Sistema Financeiro

A relevância do mercado monetário vai além da simples negociação de ativos financeiros. Ele desempenha um papel crucial na manutenção da estabilidade econômica, pois permite que o Banco Central tenha maior controle sobre a liquidez do sistema. Através de instrumentos como operações de mercado aberto e ajustes na taxa Selic (taxa básica de juros), a autoridade monetária consegue influenciar o custo do crédito e o nível de atividade econômica. Dessa forma, o mercado monetário se torna essencial para a implementação da política monetária, que visa manter a inflação sob controle, promover o crescimento econômico e garantir a estabilidade do sistema bancário.

Além disso, o mercado monetário oferece às instituições financeiras a possibilidade de ajustar sua posição de caixa, equilibrando captações e empréstimos em prazos curtos. Por isso, ele serve como uma ferramenta fundamental para o funcionamento eficiente dos bancos, cooperativas de crédito e outras entidades financeiras, que podem suprir suas necessidades de liquidez diária ou semanal. Essas operações rápidas garantem que essas instituições mantenham níveis adequados de caixa para cumprir suas obrigações com clientes e reguladores.

Por fim, a interação entre os diversos agentes econômicos no mercado monetário, incluindo bancos, governo, empresas e investidores, ajuda a formar taxas de juros de curto prazo que são referência para o restante da economia. Esse processo de formação de preços é um elemento essencial para a determinação do custo do dinheiro, influenciando desde os empréstimos pessoais até grandes investimentos corporativos.

Em resumo, o mercado monetário é um pilar do sistema financeiro, fundamental para a liquidez, a formação de taxas de juros e o controle da política monetária. Ele oferece mecanismos ágeis para a negociação de recursos e proporciona a estabilidade necessária para o bom funcionamento da economia como um todo.

### — Características do Mercado Monetário

O mercado monetário possui algumas características fundamentais que o diferenciam de outros segmentos do sistema financeiro, como o mercado de capitais ou o mercado cambial. Essas características estão diretamente ligadas à natureza das operações realizadas, aos prazos envolvidos, aos tipos de ativos negociados e aos principais participantes. Compreender essas particularidades é essencial para captar como o mercado monetário opera e como ele influencia o restante da economia.

#### **Prazo das Operações**

Uma das principais características do mercado monetário é o curto prazo das operações. Ao contrário de mercados como o de capitais, onde os investimentos costumam ser de médio ou longo prazo, as transações no mercado monetário têm vencimentos geralmente inferiores a um ano, e muitas vezes até inferiores a um mês ou até mesmo um dia.



## Operações Típicas De Instituições Financeiras

### Conceito geral de instituições financeiras

Instituições financeiras são entidades que atuam como intermediárias no mercado financeiro, facilitando o fluxo de recursos entre poupadores e tomadores de crédito. Elas desempenham um papel fundamental no funcionamento da economia, ao promover a circulação de dinheiro, crédito e capital. Essas instituições podem oferecer uma gama variada de serviços financeiros, como concessão de empréstimos, administração de investimentos, seguro e gestão de pagamentos.

O conceito de instituição financeira abrange uma diversidade de organizações, desde os bancos comerciais tradicionais até corretoras de valores e seguradoras. A função primária dessas entidades é garantir que indivíduos e empresas tenham acesso ao capital necessário para investir, consumir e gerar riqueza, contribuindo para o crescimento econômico de um país.

### Importância das instituições financeiras no sistema econômico

A relevância das instituições financeiras no sistema econômico não pode ser subestimada. Elas garantem a alocação eficiente de recursos, facilitam o acesso ao crédito, e asseguram a estabilidade do sistema monetário. Ao fornecer mecanismos para poupança, investimento e circulação de dinheiro, essas instituições permitem que economias cresçam de forma sustentável e que o consumo seja estimulado.

Além disso, as instituições financeiras exercem um papel vital na redução de riscos financeiros. Elas atuam como intermediárias que, ao fornecerem serviços como seguro e produtos de investimento diversificados, ajudam empresas e indivíduos a gerenciar e mitigar riscos econômicos, financeiros e operacionais.

### Funções das Instituições Financeiras

#### Intermediação financeira

A principal função das instituições financeiras é a intermediação financeira. Isso significa que elas captam recursos de agentes superavitários (aqueles que têm mais dinheiro do que gastam) e emprestam para agentes deficitários (aqueles que precisam de dinheiro para investir ou consumir). Esse processo de intermediação garante que o capital flua de maneira eficiente, facilitando o desenvolvimento econômico.

Por exemplo, quando uma pessoa deposita dinheiro em um banco, a instituição usa esses recursos para conceder empréstimos a empresas ou outros indivíduos. Sem essa intermediação, seria muito mais difícil para quem tem excesso de recursos encontrar diretamente quem precisa de capital, tornando o sistema financeiro menos eficiente.

#### Oferecimento de serviços financeiros

Além da intermediação, as instituições financeiras oferecem uma ampla gama de serviços financeiros. Estes incluem:

- Contas correntes e poupança: Facilita a administração do dinheiro pessoal e empresarial.
- Empréstimos e financiamentos: Proporcionam capital para consumidores e empresas.
- Investimentos: Oferecem produtos financeiros, como fundos de investimento e ações, para quem deseja aplicar seus recursos.
- Seguros: Protegem contra riscos financeiros em diversas situações, como acidentes, doenças ou perda de bens.

Esses serviços permitem que indivíduos e empresas tenham acesso a uma variedade de soluções para poupança, investimento e proteção contra riscos.



## CAPÍTULO 1 – OBJETIVO DO RELATÓRIO FINANCEIRO PARA FINS GERAIS

### Introdução

1.1 – O objetivo do relatório financeiro para fins gerais forma a base desta Estrutura Conceitual. Outros aspectos desta Estrutura Conceitual – as características qualitativas de informações financeiras úteis e a restrição de custo sobre tais informações, o conceito de entidade que reporta, elementos das demonstrações contábeis, reconhecimento e desreconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação – decorrem logicamente do objetivo.

### Objetivo, utilidade e limitações do relatório financeiro para fins gerais

1.2 – O objetivo do relatório financeiro para fins gerais é fornecer informações financeiras sobre a entidade que reporta que sejam úteis para investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, na tomada de decisões referente à oferta de recursos à entidade. Essas decisões envolvem decisões sobre:

- (A) Comprar, vender ou manter instrumento de patrimônio e de dívida;
- (B) Conceber ou liquidar empréstimos ou outras formas de crédito; ou
- (C) Exercer direitos de votar ou de outro modo influenciar os atos da administração que afetam o uso dos recursos econômicos da entidade.

1.3 – As decisões descritas no item 1.2 dependem dos retornos que os existentes e potenciais investidores, credores por empréstimos e outros credores esperam, por exemplo, dividendos, pagamentos de principal e juros ou aumentos no preço de mercado. As expectativas dos investidores, credores por empréstimos e outros credores quanto aos retornos dependem de sua avaliação do valor, da época e da incerteza (perspectivas) de futuros fluxos de entrada de caixa líquidos para a entidade e de sua avaliação da gestão de recursos da administração sobre os recursos econômicos da entidade. Investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, precisam de informações para ajudá-los a fazer essas avaliações.

1.4 – Para fazer as avaliações descritas no item 1.3, os investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, precisam de informações sobre:

- (A) Os recursos econômicos da entidade, reivindicações contra a entidade e alterações nesses recursos e reivindicações (ver itens de 1.12 a 1.21);
- (B) A eficiência e eficácia da administração e do órgão de administração da entidade no cumprimento de suas responsabilidades sobre o uso dos recursos econômicos da entidade (ver itens 1.22 e 1.23).

1.5 – Muitos investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, não podem exigir que as entidades que reportam forneçam informações diretamente a eles, devendo se basear em relatórios financeiros para fins gerais para muitas das informações financeiras de que necessitam. Consequentemente, eles são os principais usuários aos quais se destinam relatórios financeiros para fins gerais.

1.6 – Contudo, relatórios financeiros para fins gerais não fornecem nem podem fornecer todas as informações de que necessitam investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais. Esses usuários precisam considerar informações pertinentes de outras fontes, como, por exemplo, condições e expectativas econômicas gerais, eventos políticos e ambiente político e perspectivas do setor e da empresa.

1.7 – Relatórios financeiros para fins gerais não se destinam a apresentar o valor da entidade que reporta, mas fornecem informações para auxiliar investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, a estimar o valor da entidade que reporta.



## CONCEITOS E TIPOS DE RISCO

No contexto bancário e financeiro, o conceito de risco está diretamente relacionado à possibilidade de que eventos inesperados possam afetar os resultados esperados, sejam eles financeiros ou operacionais. Para uma instituição financeira, a gestão de riscos é essencial, já que o setor lida diariamente com operações que envolvem grandes quantias de dinheiro, investimentos, crédito e interações com mercados voláteis. Ignorar ou subestimar esses riscos pode resultar em consequências graves, como perdas financeiras significativas, crises de liquidez, ou até mesmo a falência de instituições que, a princípio, pareciam estáveis.

Para cargos como o de Analista de Desenvolvimento, com foco em Gestão, Finanças e Controladoria, o conhecimento aprofundado sobre os tipos de riscos e suas formas de mitigação é uma competência fundamental. Esse profissional precisa ser capaz de entender e avaliar corretamente os riscos que impactam tanto as operações internas quanto as relações com o mercado financeiro. Além disso, é necessário propor estratégias eficazes de controle e governança, assegurando que as operações financeiras e de controladoria ocorram de maneira fluida e dentro dos padrões de conformidade estabelecidos.

A importância da gestão de riscos vai além da preservação de ativos. Ela também contribui para a estabilidade do sistema financeiro como um todo, já que um banco ou instituição em dificuldades pode gerar um efeito cascata, desestabilizando outros setores e criando um impacto generalizado no mercado. Portanto, as instituições financeiras desenvolvem sistemas robustos para identificar, monitorar e mitigar riscos, com base em regulamentações rigorosas, como aquelas estabelecidas pelo Acordo de Basileia III, que exige que os bancos mantenham níveis adequados de capital para lidar com crises.

### — Conceito de Risco

O risco, no âmbito financeiro e bancário, refere-se à possibilidade de um evento inesperado ocorrer e impactar negativamente os resultados esperados de uma instituição. Em termos simples, risco é a chance de que algo saia do previsto, seja em operações financeiras, na execução de planos ou nas metas institucionais.

No setor bancário, isso se traduz na probabilidade de perdas financeiras ou outros tipos de prejuízos relacionados a uma série de fatores, como oscilações de mercado, inadimplência de clientes, falhas operacionais ou crises econômicas.

### Diferença entre Risco e Incerteza

Um ponto crucial ao abordar o conceito de risco é diferenciá-lo de incerteza. Enquanto o risco envolve a previsão de resultados possíveis com base em dados ou análises, a incerteza diz respeito a situações nas quais não há informações suficientes para prever os desfechos. Em outras palavras, o risco pode ser calculado ou estimado, enquanto a incerteza, por sua própria natureza, é imprevisível.

Exemplo: Quando um banco empresta dinheiro a um cliente, ele enfrenta um risco de crédito — ou seja, a probabilidade de que o cliente não pague o empréstimo de volta. Nesse caso, o banco pode calcular esse risco com base em uma série de fatores, como o histórico de crédito do cliente, o cenário econômico e o valor do empréstimo.

No entanto, uma crise financeira repentina e inesperada que afete todo o sistema bancário seria uma incerteza, pois ninguém poderia prever exatamente quando e como ela aconteceria.

### Classificações de Risco

No setor bancário, o risco pode ser classificado de várias formas, sendo cada uma delas associada a diferentes aspectos das operações financeiras. As principais categorias de risco incluem:



O crédito é um dos pilares fundamentais do sistema financeiro moderno e desempenha um papel crucial na movimentação da economia. Em termos simples, crédito pode ser definido como a confiança mútua entre uma instituição financeira, ou credor, e um indivíduo ou empresa, o devedor, em que há a concessão de recursos com o compromisso de devolução futura, geralmente acrescido de juros. Essa dinâmica permite que pessoas físicas e jurídicas realizem investimentos e despesas antes de possuírem os recursos necessários, fomentando o desenvolvimento econômico.

A importância do crédito vai além da simples concessão de dinheiro. Ele viabiliza a expansão de negócios, possibilita o financiamento de grandes aquisições, e promove o consumo, garantindo que a economia continue a crescer. Para governos e empresas, o crédito se torna um mecanismo essencial para alavancar projetos de infraestrutura, inovações e a própria competitividade no mercado global.

Além disso, o crédito possui uma série de funções que ajudam a manter o equilíbrio econômico e social. Ele não apenas facilita o consumo e o investimento, mas também atua na redistribuição de recursos dentro da sociedade, ao possibilitar que indivíduos de diferentes classes sociais tenham acesso a bens e serviços que, sem o crédito, estariam fora de alcance.

### — Conceito de Crédito

O crédito pode ser definido como a confiança depositada por uma instituição financeira, como um banco, ou por qualquer credor, em um indivíduo ou empresa, que assume o compromisso de devolver uma quantia de dinheiro ou outro ativo em uma data futura, normalmente acrescido de juros ou outras formas de compensação. Esse mecanismo permite a antecipação de recursos que o tomador ainda não possui, criando condições para o consumo imediato ou investimento.

O termo “crédito” vem do latim *credere*, que significa “acreditar”. Assim, a base do crédito é a confiança de que o devedor cumprirá com sua obrigação de reembolsar o valor emprestado no prazo acordado. Para que essa confiança seja estabelecida, as instituições financeiras analisam fatores como o histórico de pagamento, a capacidade de pagamento futura (através da análise de renda e fluxo de caixa), além das garantias apresentadas.

### Tipos de Crédito

Existem várias modalidades de crédito que são amplamente utilizadas tanto por pessoas físicas quanto por empresas. As mais comuns incluem:

– **Crédito Pessoal:** Esse tipo de crédito é concedido a indivíduos para finalidades pessoais, como pagar contas, comprar bens de consumo ou lidar com emergências. Normalmente, o crédito pessoal é oferecido por meio de empréstimos pessoais, cartões de crédito ou linhas de crédito rotativas.

– **Crédito Comercial:** É oferecido a empresas para a realização de atividades operacionais, como compra de insumos, investimentos em maquinário ou expansão de negócios. O crédito comercial pode ser oferecido em diversas modalidades, como capital de giro e crédito empresarial.

– **Crédito Imobiliário:** Voltado para a aquisição de imóveis, essa modalidade geralmente envolve grandes valores e prazos mais longos. O financiamento imobiliário, em especial, tem sido um motor importante para o mercado de construção civil.

– **Crédito Rural:** Destinado a produtores rurais, o crédito rural é concedido com condições diferenciadas para promover a produção agrícola e pecuária. O governo frequentemente atua com subsídios nesse tipo de crédito, visando fortalecer o setor agropecuário.